

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E ZONEAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE OURINHOS/SP: UMA ANÁLISE TEMPORO-ESPACIAL ENTRE AS CONCEPÇÕES DAS DÉCADAS DE 1950 e 2006¹. Éolo Dárcio²

Bueno, Andréa Aparecida Zacharias (orientadora) - Humanas – Geografia - Campus Experimental de Ourinhos.

Numa abordagem etimológica a palavra zoneamento significa ordenar áreas homogêneas para análise das potencialidades e vulnerabilidades de um dado território. Associado à gestão urbana, seu objetivo ganha outras conotações. Torna-se um importante instrumento legal, para a ordenação territorial, contribuindo diretamente com as etapas do planejamento e gerenciamento urbano. Primeiro por possibilitar o macrozoneamento do município, através da elaboração de cenários gráficos (mapeamentos temáticos) donde é possível obter a espacialização e tendências das expansões urbanas, rurais e áreas especiais (proteção ambiental). E segundo por viabilizar as normas de uso e ocupação para cada uma das macrozonas.

Para cada zona é atribuído um conjunto de normas específicas, dirigidas para o desenvolvimento de atividades e para a conservação do meio. Estas normas definem políticas de orientação, consolidação e revisão de alternativas existentes ou formulação de novas alternativas de ação. Isso significa que o Zoneamento deve definir as atividades que podem ser desenvolvidas em cada compartimento, e assim, orientar a forma de uso, eliminando conflitos entre tipos incompatíveis de atividades.

Associado aos fundamentos metodológicos da representação gráfica, o zoneamento agrega outra função. Constitui-se em um importante instrumento de representação espacial (...), que permite uma abordagem dinâmica, através da elaboração de cenários gráficos, temporo-espaciais possibilitando o registro do presente, do passado e do futuro do espaço diagnosticado (Zacharias, 2006, p. 50).

Quando aplicado ao Planejamento Físico-territorial, por exemplo, cada um desses cenários traz uma interpretação particular de um fato: o que foi (cenário passado), o que é (cenário real), o que será se medidas não forem tomadas (cenário futuro tendencial), como deveria ser (cenário futuro ideal), frente às potencialidades e restrições naturais.

Fato que faz do Zoneamento um importante instrumento do planejamento físico-territorial, pois além de permitir o macrozoneamento do município donde é possível obter sua espacialização e expansão (urbana, rural e de áreas especiais destinadas à proteção ambiental), também viabiliza as normas de uso e ocupação para cada uma das macrozonas mapeadas.

Neste propósito, este trabalho tem como objetivo realizar num primeiro momento um resgate memorial do Zoneamento Urbano do Município de Ourinhos-SP, a partir dos documentos cartográficos (em vias de deterioração) e concepções desenvolvidas pelo Padre Louis-Joseph Lebre, na década de 1950, o qual propõe um modelo singular de zoneamento que possui caráter “Econômico-Humanístico” com vistas ao planejamento. E, considerando que o município de Ourinhos-SP encontra-se em fase de implantação de seu novo Plano Diretor, num segundo momento, desenvolver um estudo comparativo com a atual proposta do Novo Plano Diretor, o qual possui um caráter funcionalista.

Portanto, restaurar todos os mapeamentos temáticos elaborados por Lebre passando-os do meio analógico para o meio digital – visando sua melhor conservação; confrontar metodologias (ontem X hoje) através de uma análise temporo-espacial entre as concepções das décadas de 1950 (Lebre) e 2006 (Projeto Lei Plano Diretor), tornam-se os desafios e fio condutor para esta pesquisa.

Dentre os resultados parciais obtidos, até o presente momento, algumas constatações e considerações, podem-se destacar.

O Padre Louis-Joseph Lebreton foi fundador, na segunda Guerra Mundial, do movimento “*Economia e Urbanismo*”, que simbolizou uma tentativa de resposta da igreja aos problemas sociais da época, pautada na base filosófica de São Tomás de Aquino. A *Economia Humana*, como também era denominado o movimento, tinha como foco direcionar a economia de modo que esta contribuísse para o desenvolvimento urbano como um todo e também, deste todo com claros benefícios à sociedade.

Na década de 50, impulsionado pelo forte desenvolvimento do eixo São Paulo-Paraná, Lebreton chega ao Município de Ourinhos e propõe um modelo de Zoneamento Urbano, que anos mais tarde irá simbolizar sua concepção sobre a importância da qualidade vida humana para o desenvolvimento econômico de um determinado município.

Para registrar o Planejamento Urbano da cidade de Ourinhos, Lebreton elaborou de próprio punho, 27 (vinte e sete) mapeamentos temáticos (representações gráficas), que sintetizam uma proposta de Zoneamento Urbano, segundo a visão e concepção teórico-metodológica de sua época, ou seja, o desenvolvimento Humanístico-Econômico. É importante ressaltar que não foram encontrados quaisquer documentos escritos junto com os mapeamentos, sendo apenas estes cartogramas vestígios da época e do estudo de Lebreton para Ourinhos-SP.

Todavia juntamente com a má conservação dos mapeamentos vieram o não reconhecimento da importância do trabalho e o esquecimento dessa parte da história da cidade que deve ser lembrada, e para isso busca-se um resgate memorial através dos documentos disponíveis e de estudos sobre a vida e obra de seu autor. Sobre a importância da história na vida de uma cidade e de um cidadão Zacharias diz:

*“(...) o estudo da **História** permite reviver o clima de uma época, a saudade de um tempo. Desta forma desperta nos alunos a toponímia, o interesse pela história de sua cidade, o resgate de sua identidade e a busca de sua cidadania. A reconstrução da história de um local é trabalho amplo, desencadeia um conjunto de forças no imaginário individual e coletivo de todos”.* (Zacharias, 2006, p.3).

Porém se no município de Ourinhos-SP sua proposta de Zoneamento, nada interferiu no Planejamento e Gestão Urbana, o mesmo não ocorreu na Capital Paulista. Através de um convite pela Secretaria de Planejamento Municipal, Lebreton desenvolveu um estudo famosíssimo na cidade de São Paulo, o qual deu origem ao plano diretor da cidade, na década de 60. Também realizou importantes estudos no norte do Paraná, algumas metrópoles brasileiras, fora demais incursões para outros países.

O que leva a uma prévia conclusão de que quando se analisa um estudo feito na década de 50 ou em qualquer tempo passado é interessante a comparação com a situação atual, podendo assim inferir sobre semelhanças e diferenças de concepções bem como de metodologias, e a partir deste confronto observar quais contribuições podem ser agregados para a concepção atual

Esse tipo de análise temporo-espacial é importante para a geografia como salienta Zacharias:

“Organização Espacial, mudanças temporo-espaciais (o que foi ontem, o que é hoje e o que será o amanhã), e as várias formas de representação (mapa, imagens e fotografias aéreas) tornam-se seu foco de análise, entre outros, uma vez que a Geografia é a ciência que estuda as relações sociedade-natureza na busca de explicações para a organização espacial.” (Zacharias, 2006, p.3).

Neste ínterim, em atendimento às disposições do artigo 182 da Constituição Federal, o qual fundamenta o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), o novo Plano Diretor do Município de Ourinhos foi elaborado de forma a estabelecer um encaminhamento do município à compatibilização do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação ambiental, garantindo a

qualidade de vida de seus habitantes, uma reorganização territorial ambiental, além do uso racional dos recursos ambientais naturais ou não-naturais (Zacharias, 2006, p. 166).

Assim, de acordo com o Projeto Lei do Plano Diretor (artigos 81), fica determinado que:

“... o Zoneamento Municipal de Ourinhos terá como meta instituir a divisão do território em zonas ou áreas especializadas de usos e ocupação do solo, delimitadas por lei” (artigo 81 – parágrafo único).

Mas quando se observam as diretrizes que fundamentam seu Zoneamento Municipal, como quase todos os municípios, possui uma feição “moderna” que mascara o perfil “tradicional”, ou seja, embora apresente legislações e preocupações com a questão ambiental, sua organização quanto ao uso e ocupação do solo preserva a clássica funcionalidade urbanística das macrozonas, delineadas pela áreas urbana e rural (Zacharias, 2006, p. 166).

Referencias Bibliográficas

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade : Lembranças de velhos. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, J. O., BRAGA, R; CARVALHO, P. F. Instrumentos urbanísticos e gestão de resíduos: comentários sobre sua aplicação, In. Manejo de resíduos :pressuposto para a gestão ambiental. Rio Claro : LPM/UNESP, 2002. pp. 99-100/ ISBN 85-89154-02-5. Disponível em <www.rc.unesp.br/igce/planejamento/rbraga.htm>, Acesso em 08/05/2006.

CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (orgs) Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. pp. 95 a 109. (ISBN 85-89154-03-3) Disponível em <www.rc.unesp.br/igce/planejamento/rbraga.htm>, Acesso em 08/05/2006.

FREIRE, Cristina. Além dos mapas:os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo : SESC : Annablume, 1997.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos. 2004. 184p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal. 2006. s/p.

ZACHARIAS, Andréa A. 2006. 200f. Zoneamento ambiental e a representação cartográfica das unidades de Paisagens: Propostas e subsídios para o Planejamento Ambiental do Município de Ourinhos – SP. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE – UNESP/SP. Rio Claro, 2005.

¹ Pesquisa vinculada ao GPCARTGEO – Grupo de Cartografia e Geoprocessamento aplicados à Geografia, área de pesquisa em Cartografia Escolar, UNESP/Ourinhos-SP.

² Bolsista da PROEX.